

Markscheme

November 2018

Brazilian social studies

Standard level





Paper 1






12 pages


This markscheme is **confidential** and for the exclusive use of examiners in this examination session.

It is the property of the International Baccalaureate and must **not** be reproduced or distributed to any other person without the authorization of the IB Global Centre, Cardiff.

The following are the annotations available to use when marking responses.

Annotation	Explanation	Associated shortcut
CKS	Clear Knowledge Shown	
CON	Contradiction	
CPV	Clear personal voice	
	Incorrect point	
DNF	Does not follow	
EE	Effective Evaluation	
EG	Example	
EUOS	Excellent use of sources	
EXC	Excellent point	
FT	Follow through	
GA	Good analysis	
GD	Good Definition	
GEXA	Good example	
GEXP	Good explanation	
GIN	Good insight	
Gsev	Good source evaluation	
GUT	Good use of text	
	Underline tool	
	Wavy underline tool	
	Highlight tool	
IRRL	Irrelevant	
LD	Lacks depth	
LLS	Lacks Logical Structure	
LNK	Two statements are linked	
NAR	Lengthy narrative	
NBOD	No benefit of the doubt	
NE	Not enough	
NEX	No explanation given	
NExa	No examples	
NSEv	Not much reasoning or discussion	

O	Opinion	
	On page comment	
PE	Poorly expressed	
	Unclear	
	Repetition	
		
SGP	Some good points	
	Correct point	
TV	Too vague	
U	Understanding	
Unsp	Unsupported	
VG	Vague	
VL	Very limited	
WARG	Well argued	

You **must** make sure you have looked at all pages. Please put the  annotation on any blank page, to indicate that you have seen it.

Seção A

Tema 2: O Brasil na era da globalização

1. Com base na Fonte A:

- (a) **Identifique a proposta do PPI no governo Temer.** [1]

Identificar ativos [empresas] estatais de municípios, estados e da União, assim como lacunas de infraestrutura e oportunidades de investimento.

Candidato receberá [1] se identificar inteiramente o propósito.

- (b) **Descreva o papel do BNDES nos governos dos presidentes:**

- (i) **Fernando Collor de Mello.** [1]

Fernando Collor – cria o Programa Nacional de Desestatizações.

- (ii) **Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.** [1]

Lula nomeia um presidente para o BNDES crítico ao processo de privatização; Dilma continua essa orientação.

*O candidato só receberá [1] se relacionar corretamente o BNDES ao governo de **ambos** os presidentes.*

2. **Como a Fonte C se relaciona com o anúncio do Presidente Temer sobre as privatizações na Fonte B?** [4]

- Na Fonte B, Presidente Temer afirma que os objetivos do governo com as privatizações são “criar empregos, gerar renda e oferecer um melhor serviço à população”.
- Conforme a Fonte C, as privatizações e as concessões serão feitas nas áreas de transporte (aeroportos, estradas, ferrovias, portos), combustível (gasolina e gás), distribuição de energia, saneamento, mineração e loterias.
- Com as arrecadações dos leilões, segundo o presidente (Fonte B), o governo investirá no que realmente importa: saúde pública, segurança, infraestrutura e educação e não para cobrir déficits.
- Com os investimentos em diversas áreas (Fonte C), o governo afirma que serão criados empregos e gerará renda para os trabalhadores (Fonte B).

O candidato receberá [1], se identificar os objetivos do Presidente Temer na Fonte B. E até [3], se identificar a relação entre esses objetivos e os leilões/privatizações na Fonte C.

3. Compare dois argumentos apresentados nas Fontes B e D sobre o processo de privatização no governo Temer.

[5]

- Embora o governo federal justifique que as privatizações em curso modernizarão o país (Fonte B) e melhorarão as condições de vida da população brasileira, no caso do governo do Rio de Janeiro, a privatização da Companhia de Saneamento Básico do estado (CEADE) é uma das condições impostas pelo governo federal para o pacote de socorro à crise financeira do Estado (Fonte D).
- Segundo a Fonte D, o dinheiro da privatização será usado meramente para pagar uma dívida, pois o dinheiro entra no orçamento público e imediatamente desaparece. O que contradiz a Fonte B, “nosso objetivo não é cobrir o déficit fiscal, mas criar empregos, gerar renda e oferecer um serviço de melhor qualidade a população”.
- Segundo a Fonte B, “escolhemos 57 projetos que vão tornar o Brasil **mais moderno**”, mas, de acordo com a Fonte D, enquanto Rio privatiza, Paris, Berlim e outras 265 cidades reestatizaram o saneamento”. O que permite indagar esse caráter moderno especialmente porque as cidades mencionadas aqui são, por muitos, símbolos de moderno.
- Enquanto na Fonte B, a privatização aparece como algo necessário e positivo, na Fonte D, citando experiências fracassadas em algumas cidades pelo mundo, coloca-se em discussão por que não seguir numa direção oposta – a estatização de serviços públicos.

Atribuir [1–2] para cada uma das referências acima, até um máximo de [5].

Atribuir [2], no máximo, à abordagem de uma única fonte, ou apenas um argumento.

4. **Com base nas fontes e no seu conhecimento, discuta o processo de privatização no Brasil desde os anos de 1990 ao atual governo do presidente Temer, e aponte possíveis críticas a esse respeito.**

[8]

Referências das fontes:

- Desde os anos 1990, o Brasil assiste a um forte processo de privatização. O presidente Fernando Collor de Mello inicia esse projeto, enquanto o seu sucessor, Fernando Henrique Cardoso, aprofunda em larga escala esse processo nos oito anos de seu governo. Neste momento, o BNDES é utilizado para colocar em prática esse processo. Nesse período, assiste-se uma implementação da agenda neoliberal no Brasil. Durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, embora tivessem discursos contra privatizações, e indicar pessoas com posições contrárias a privatizações para gerenciarem o BNDES, seus governos também foram marcados por projetos de privatizações, é claro não na mesma grandeza que o antecessor.
- No primeiro dia em que Michel Temer assume como interino a Presidência da República, cria, por medida provisória o Programa de Parcerias em investimentos (Fonte A).
- A proposta é identificar empresas estatais de municípios, estados e da União, assim como lacunas de infraestrutura e oportunidades de investimento. O BNDES será o grande parceiro.
- Segundo Fonte B, ao todo são escolhidos 57 projetos que “vão tornar o Brasil mais moderno e ajudarão a eliminar de vez a crise que tanto prejudicou nos últimos anos”, nas palavras de Temer.
- Segundo Temer, o objetivo não é cobrir o déficit fiscal, mas criar empregos, gerar renda e oferecer um serviço de melhor qualidade a população (Fonte B). E mais, os bilhões arrecadados pelo governo serão investidos no que “realmente importa”, que é saúde pública, segurança, infraestrutura e educação (Fonte B).
- Serão privatizados as áreas de transporte: 4 aeroportos, 2 rodovias, 3 portos e 2 ferrovias; 3 companhias de saneamento básico; de recursos minerais: 3 de petróleo e gás, 7 distribuição e usinas hidrelétrica e loterias (Fonte C).
- O governo de Temer se aproxima ao ideário Neoliberal porque cria um programa para combater à crise fiscal com austeridade, pois implementa uma medida corajosa (privatização, como também são a reforma fiscal, a previdência, trabalhista), porque impopular, mas de acordo com o receituário neoliberal.
- Programa de privatizações em diversos setores da economia.
- Objetivo do programa é criar empregos, gerar renda e oferecer um serviço de melhor qualidade a população e deixar o país mais moderno.
- Entretanto, o dinheiro da privatização é usado meramente para pagar uma dívida, o dinheiro entra no orçamento público e imediatamente desaparece. O que contradiz a Fonte B, “nosso objetivo não é cobrir o déficit fiscal, mas criar empregos, gerar renda e oferecer um serviço de melhor qualidade a população” (Fonte D).
- E mais, “enquanto Rio privatiza, por que Paris, Berlim e outras 265 cidades reestatizaram saneamento?” (Fonte D), o que contraria a ideia de tornar o Brasil mais “moderno”, se ele quer dizer avançado, igual aos países desenvolvidos, e também coloca em questão o próprio programa de privatização, nesse caso, de saneamento básico no Rio de Janeiro (Fonte B).

Conhecimento próprio:

O candidato pode contextualizar as ideias neoliberais e a inserção do Brasil nesse ideário.

O governo de Temer se aproxima ao ideário Neoliberal porque cria um programa para combater à crise fiscal com austeridade, pois implementa uma medida corajosa (privatização, como também são a reforma fiscal, a previdência, trabalhista), porque impopular, mas de acordo com o receituário neoliberal.

Desde os anos 1990, o Brasil assiste a um forte processo de privatização. O presidente Fernando Collor de Mello inicia esse projeto, enquanto o seu sucessor, Fernando Henrique Cardoso, aprofunda em larga escala esse processo nos oito anos de seu governo. Neste momento, o BNDES é utilizado para colocar em prática esse processo. Nesse período, assiste-se uma implementação da agenda neoliberal no Brasil. Durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, embora tivessem discursos contra privatizações, e indicar pessoas com posições contrárias a privatização para gerenciarem o BNDES, seus governos também foram marcados por projetos de privatizações, é claro não na mesma grandeza que o antecessor.

Não se espera que o candidato apresente todo o material acima. Se o aluno apresentar somente aspectos das fontes ou conhecimentos próprios, considerar no máximo [4]. Os candidatos devem receber pontos por aspectos relevantes que não foram listados acima.

Seção B

Tema 7: Brasil republicano (1889–1945)

5. (a) Segundo a Fonte E, quais motivos levaram Vargas a favorecer os setores urbanos com a legislação trabalhista? [2]

Segundo a Fonte E, os setores urbanos:

- Têm maior capacidade de pressão sobre o Estado.
- Possuem maior tradição de luta.
- São os setores disponíveis para a manipulação política.

Atribuir [1] a cada um dos fatores acima, sendo [2] o máximo.

- (b) De acordo com a Fonte F, explique a origem do processo que “retirou o papel ativo da classe trabalhadora”. [1]

A origem do processo que retirou o papel ativo da classe trabalhadora, de acordo com a Fonte F, vem da ideia de “concessão” da legislação trabalhista por Getúlio Vargas.

6. Compare as informações sobre a atuação dos trabalhadores na construção da legislação trabalhista expressas nas Fontes E e H, abordando suas semelhanças e diferenças. [5]

Semelhanças:

- Ambas são fontes secundárias, escritas por acadêmicos.
- Ambas as fontes apresentam os trabalhadores urbanos como alvo das ações governamentais.
- Ambas as fontes mostram como Vargas ganha controle sobre o processo político, culminando em leis que levam à sua ditadura: “as regras do jogo eleitoral estivessem suspensas desde 1937”, (Fonte E) e “o governo Vargas respondeu propondo ao Congresso, no início de 1935, uma Lei de Segurança Nacional (LSN)”, (Fonte H).

Diferenças:

- A Fonte E indica a importância do Estado e seu papel ativo na criação da legislação trabalhista, enquanto a Fonte H destaca a atuação dos trabalhadores no ano de 1934 (Governo Constitucional Vargas), como agentes de contestação e pressão.
- A Fonte E usa o verbo “doar” quando se refere à ação de Vargas e usa a expressão “massas” quando se refere aos trabalhadores, enquanto a Fonte H usa as palavras “greves explodidas” para caracterizar as ações dos trabalhadores, dando-lhes um papel ativo na conquista das leis trabalhistas.
- A Fonte E indica como os setores urbanos eram vulneráveis à manipulação política, enquanto a Fonte H indica sua força ativa na pressão contra o governo e suas demandas.

Pontos	Descritor da pontuação
5–6	• A resposta inclui aspectos de semelhanças e de diferenças, claros e válidos.
3–4	• A resposta inclui alguns aspectos de semelhança válidos e/ou de diferença, embora possam não ter clareza.
1–2	• A resposta consiste na descrição do conteúdo da(s) Fonte(s) e/ou comentários gerais sobre a(s) fonte(s), em vez de pontos válidos de semelhanças ou de diferenças.
0	• A resposta não atinge o padrão descrito acima.

Aplicar os pontos que proporcionam o “melhor ajuste” às respostas dadas pelos candidatos e atribuir crédito sempre que for possível fazê-lo. O material a seguir é uma indicação do que os/as candidatos/as podem escolher escrever em suas respostas. Não é prescritivo nem exaustivo e não há necessariamente uma única resposta definitiva.

7. **Com relação à origem, à intenção e ao conteúdo da Fonte G, avalie seu valor e suas limitações para o pesquisador da legislação trabalhista brasileira.** [4]

Valor:

- A Fonte é um cartaz produzido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), uma agência governamental oficial, criada em 1939, responsável por todos os serviços de propaganda e publicidade dos ministérios e estabelecimentos da administração pública federal.
- A Fonte foi produzida em 1943, ano da criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).
- É uma Fonte primária com comprovada autenticidade, que, analisada com outras fontes, pode contribuir direta ou indiretamente para um melhor conhecimento do assunto, em particular, sobre a criação de leis trabalhistas no Brasil.
- O cartaz apresenta a face de Vargas centralizada e soberana, passando a ideia de que ele é o grande responsável pela criação e organização das leis trabalhistas. O texto abaixo de seu rosto reforça a ideia e apela ao patriotismo, dizendo que “as leis sociais” devem ser motivo de orgulho para todos os brasileiros.

Limitações – possíveis limitações serão reveladas ao questionarmos:

- Intenção – como peça de propaganda política, a Fonte sugere que Getúlio Vargas, por vontade pessoal, concede leis sociais aos trabalhadores, que seriam as leis trabalhistas. O limite dessa propaganda é: como exagera o papel de Vargas na aprovação da legislação, torna-se limitada para o pesquisador que busca verificar como as leis trabalhistas foram aprovadas.
- Se avaliada sem contextualização e evidências do período, a Fonte dá uma imagem incompleta da relação do governo com as classes trabalhadoras, não dando crédito ao papel dos operários na construção das leis referidas no cartaz.
- O texto abaixo do rosto de Vargas reforça a ideia e apela ao patriotismo, dizendo que “as leis sociais” devem ser motivo de orgulho para todos os brasileiros. Nós não sabemos se isso é exato.
- Não sabemos o impacto que essa propaganda teve sobre a população e se ela foi eficaz em convencer as pessoas da importância das ações de Getúlio Vargas.

*O foco da questão está no valor e nas limitações da fonte. Se apenas valores **ou** limitações forem discutidos, atribuir um máximo de [2]. Origem, propósito e conteúdo devem ser usados como evidência de apoio para fazer comentários relevantes sobre o valor e as limitações. Para [4] deve haver pelo menos uma referência para cada um deles no **valor** ou nas **limitações**.*

8. **Com referência às fontes e ao seu conhecimento, até que ponto podemos afirmar que o governo Vargas beneficiou as classes trabalhadoras no Brasil?** [8]

Referência das fontes:

Fonte E

- O autor, o cientista político Francisco Weffort, apresenta a visão que se tornou hegemônica nos estudos sobre o período, a qual o Estado teria liderado o processo de criação e concessão das leis sociais, antecipando-se às demandas dos trabalhadores e controlando as condições objetivas de implementação de uma política trabalhista. O benefício às classes trabalhadoras foi concedido.

“Vargas, apoiado no controle das funções políticas, “doa” às massas urbanas uma legislação trabalhista que começa a formular-se desde os primeiros anos do Governo Provisório e que se consolida no ano de 1943.” (Weffort)

- Weffort ressalta que as leis trabalhistas foram voltadas exclusivamente para os trabalhadores urbanos, os operários, pois eram os setores capazes de se mobilizar e pressionar o governo. Ao mesmo tempo afirma que são os setores mais vulneráveis à manipulação política.

“A limitação da legislação aos setores urbanos não deve passar despercebida. São os setores que possuem maior capacidade de pressão sobre o Estado e aqueles que, desde antes de 1930, possuíam alguma tradição de luta.” (Weffort)

Fonte F

- As autoras definem o “mito da doação” e suas consequências para a história política do Brasil e do movimento operário em particular.

“Pode-se entender a questão do mito da doação das leis trabalhistas como parte do ideário do trabalhismo, em que Vargas traçou sua trajetória política com o discurso da outorga das leis protetoras (...).” (Campana e Boschi)

- Afirmando que a consequência do uso da ideia de doação das leis trabalhistas, retira dos operários sua ação e mobilização frente às suas reivindicações, não beneficiando sua organização e autonomia.

“A ideia de “concessão” da legislação trabalhista, difundindo a imagem de Getúlio como “pai”, acabou tendo como consequência a propagação de outro discurso: o de que o movimento operário foi passivo diante desse processo de formação legislativa.” (Campana e Boschi)

Fonte G

- O cartaz produzido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão criado pelo governo durante sua fase ditatorial, é claro em sua mensagem: Getúlio Vargas beneficia os trabalhadores ao conceder, por iniciativa pessoal, as leis trabalhistas.

Fonte H

- O historiador Boris Fausto, em um trecho de seu *História do Brasil*, afirma que o ano que iniciou o Governo Constitucional de Vargas (1934–1937), foi marcado por manifestações e greves, demonstrando o caráter combativo das reivindicações operárias.

“O ano de 1934 foi marcado por reivindicações operárias e pela fermentação em áreas de classe média. Uma série de greves explodiu no Rio, em São Paulo, em Belém e no Rio Grande do Norte, destacando-se as paralisações no setor de serviços: transportes, comunicações, bancos.” (Fausto)

- Fausto destaca a resposta repressiva do governo Vargas, impondo a LSN. Essa resposta vai ao encontro do caráter autoritário do Governo, que cada vez mais controlará as ações do movimento operário e buscará seu silenciamento. Neste sentido, pode-se discutir um limite dos benefícios concedidos aos trabalhadores pelo governo Vargas.

“O governo Vargas respondeu propondo ao Congresso, no início de 1935, uma Lei de Segurança Nacional (LSN). A proposta provocou manifestações de protestos de sindicatos e alguns jornais.” (Fausto)

Conhecimento próprio:

- A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada por decreto de 1º maio de 1943, durante o Estado Novo, representou a reunião e sistematização da vasta legislação trabalhista produzida no país após a Revolução de 1930.
- A CLT introduziu novos direitos e regulamentações trabalhistas até então inexistentes. Tratou da relação entre patrões e empregados e estabeleceu regras referentes a horários a serem cumpridos pelos trabalhadores, férias, descanso remunerado, condições de segurança e higiene dos locais de trabalho, etc.
- A anotação dos contratos de trabalho deveria ser feita na carteira de trabalho, instituída em 1932 e reformulada no momento da aprovação da CLT.
- O princípio da unidade sindical foi restabelecido e apenas os sindicatos legalizados poderiam defender os direitos da categoria que representavam perante o Estado. As greves foram proibidas, pois passaram a ser consideradas recursos “anti-sociais, nocivos ao trabalho e ao capital, incompatíveis com os superiores interesses da produção nacional”.
- O governo instituiu a contribuição sindical compulsória – o imposto sindical criado em 1940, correspondente a um dia de salário, pago ao sindicato por trabalhadores sindicalizados ou não. A medida possibilitou a constituição e a manutenção de sindicatos de “fachada”, que passavam a não depender mais da contribuição voluntária dos associados. O governo se utilizou de muitos desses sindicatos e de seus dirigentes, os chamados *pelegos*, para fortalecer sua base sindical.
- A restrição da legislação trabalhista voltada aos trabalhadores urbanos, não interfere nos interesses dos grandes proprietários de terra.
- Os/as candidatos/as podem analisar a versão oficial que se tornou hegemônica na análise da formação das leis trabalhistas no Brasil e seus benefícios: o Estado teria liderado o processo de criação e concessão das leis sociais, antecipando-se às demandas dos trabalhadores e controlando as condições objetivas de implementação de uma política trabalhista.
- Os/as candidatos/as podem também analisar a abordagem combativa dos operários e a repressão que tiveram durante a Era Vargas, indicando a formação das associações trabalhistas, suas raízes, os primeiros operários no Brasil e seu ativismo por meio de greves, que levariam à construção da legislação trabalhista no país. Podem referir-se aos primeiros operários no Brasil, inseridos num panorama agrário e escravista, marcado posteriormente pela influência da força de trabalho de imigrantes. A origem social desses primeiros operários está entre as camadas mais pobres da população urbana e, a partir de 1840, ainda durante o Império brasileiro.

Não se deve esperar que o/a candidato/a apresente todo, ou apenas, o material acima. O/a candidato/a pode adicionar outras evidências à sua argumentação. Caso somente documentos ou conhecimento próprio seja abordado, o máximo de pontos atribuídos deverá ser [4]. Para atingir o total de [8], espera-se uma argumentação relevante com raciocínio histórico, síntese das fontes e aplicação de conhecimento próprio.